

ESTHER MAJEROWICZ E EDEMILSON PARANÁ
(ORGANIZADORES)

A CHINA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2022

Copyright © 2022 by Editora Expressão Popular Ltda

Produção editorial: Lia Urbini

Preparação: Lia Urbini

Revisão: Edilson Moura

Projeto gráfico, diagramação e capa: ZapDesign

Fotografia de Jeremy Zhu por Pixabay

Impressão e acabamento: Cromosete

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M233c	Majerowicz, Esther A China no capitalismo contemporâneo / Esther Majerowicz, Edemilson Paraná (organizadores). –1. ed.— São Paulo : Expressão Popular, 2022. 376 p. ISBN 978-65-5891-063-3 1. Economia chinesa. 2. China - Sociedade. 3. China – História – Séc. XXI. I. Majerowicz, Esther. II. Paraná, Edemilson. I. Título.
	CDU 951.03

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: junho de 2022

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Virgínia Fontes</i>	
Introdução	17
<i>Esther Majerowicz e Edemilson Paraná</i>	
PARTE I – CARACTERIZAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS	
Desenvolvimentismo com características chinesas	31
<i>Carlos Aguiar de Medeiros</i>	
A trajetória da ação desenvolvimentista chinesa e seus desafios contemporâneos.....	99
<i>Edemilson Paraná e Valéria Lopes</i>	
PARTE II – A FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NA CHINA PÓS-REFORMAS	
Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarização e determinação salarial na China	149
<i>Esther Majerowicz</i>	
Estado e burguesia nacional na China: do grande compromisso à aliança tensa	223
<i>Isabela Nogueira e Hao Qi</i>	
PARTE III – A EXPANSÃO GLOBAL CHINESA E A DISPUTA TECNOLÓGICA	
A expansão chinesa recente: Estado, capital e acumulação em escala global	263
<i>Valéria Lopes Ribeiro</i>	
A disputa sino-estadunidense nas tecnologias da informação e comunicação.....	319
<i>Esther Majerowicz</i>	
Sobre os autores	375

PREFÁCIO

VIRGÍNIA FONTES

Temos muito a comemorar com a publicação deste livro. Ele mostra que, para além de estudos pontuais, já produzimos excelentes materiais sobre a China, hoje à disposição dos leitores brasileiros. Não se trata de opiniões, mas de análises procedentes de pesquisas sérias e rigorosas realizadas por professores de universidades públicas, expressas em termos claros com hipóteses e abordagens teóricas coerentemente demarcadas.

Em que pese o estrangulamento a que vêm sendo submetidas a pesquisa e a docência nas universidades públicas, ademais de uma verdadeira tragédia humana, social, sanitária e civilizacional expressa pelo (des)governo Bolsonaro, a luta pelo conhecimento persiste. Mais do que isso, este livro prova que, mesmo em condições dramaticamente adversas, pesquisadores mantêm a qualidade e o refinamento de seu trabalho, a capacidade teórica e analítica para identificar os verdadeiros desafios a enfrentar e, sobretudo, um alto compromisso com a socialização do conhecimento produzido coletivamente.

A China é talvez o maior dos enigmas de nosso tempo. Compreender o fenômeno chinês é tarefa de longo fôlego. Felizmente, podemos contar com estudiosos e pesquisadores brasileiros que se lançaram a essa enorme tarefa, formando grupos de estudo nos quais não se exige uma interpretação monocórdica, mas onde a crítica rigorosa é sempre convocada, assim como uma extensa base documental e acompanhamento sistemático das publicações internacionais. Esses grupos de pesquisa, como os que enfrentaram a tarefa do livro atual, trabalham com fontes originais, colhidas da própria China, além de fartíssima bibliografia internacional.

Este livro nos permite abrir uma porta importantíssima para esse conhecimento, pois traz elementos para pensarmos a configuração recente da base socioeconômica chinesa e, em especial, a composição e o processo de formação de suas classes sociais. É um livro escrito majoritariamente por economistas, mas não escrito em “economês”, pois tem uma preocupação peculiar: a de identificar os elementos nodais dessa sociedade que, tendo realizado uma impactante revolução socialista, se apresenta como “socialismo com peculiaridades chinesas”, mesmo quando remete diretamente às formas de expansão capitalistas no mundo atual.

Compreender a China é um vasto desafio, com sua história milenar, com sua gigantesca população, com sua mescla de culturas que, em conjunto, modelaram um longuíssimo império. As questões sobre a China são inesgotáveis, e nosso desconhecimento coletivo no Brasil ainda é enorme. Nenhum livro poderá decifrar todos os elementos que compõem um país tão denso e complexo. Aliás, jamais poderíamos pedir isso a qualquer livro, nem mesmo à maior das enciclopédias. Isso torna ainda mais louvável um livro que nos faz penetrar

num tema tão amplo por um caminho sólido, por aquilo que é preciso balizar para que qualquer conhecimento se constitua.

Tentarei não tirar o prazer da descoberta que você, leitor, realizará daqui a pouquinho, ao longo da leitura. Questões cruciais atravessam todos os capítulos, como debates internacionais sobre critérios para distinguir entre socialismo e capitalismo, sobre em que consiste o desenvolvimento econômico chinês, sobre as peculiaridades chinesas na expansão de relações de mercado (ou capitalistas) sob o controle político do Partido Comunista Chinês. Pode-se concordar ou discordar de posições adotadas por autores, mas se trata de algumas das mais pertinentes – e urgentes – questões para a compreensão da China contemporânea.

Ademais, e a meu juízo o ponto forte e crucial deste livro – que, relembro, não é composto de partes superpostas, mas de pesquisas com longo histórico de interlocução e debate, configurando portanto uma obra no seu sentido mais próprio – é a contribuição sobre a acelerada formação das classes trabalhadoras chinesas e suas peculiaridades (expropriações, mas com ritmo e configurações próprias à China), assim como o estudo sobre a reconstituição e o redesenho de classes capitalistas chinesas e suas relações com o Estado. Todo o livro é atravessado por interrogações extremamente pertinentes sobre como analisar o Estado chinês, mesmo que com diferentes miradas, questões e abordagens. Há que mencionar o extraordinário capítulo de conclusão, em que através de estudo minucioso – e facilmente compreensível – da estrutura produtiva da ponta tecnológica, tanto aquela de bens fabris quanto da produção algorítmica, permite-nos visualizar a dimensão do acoplamento entre as economias dos Estados Unidos e da China, assim como das gigantescas tensões que se multiplicam.

Vale alertar o leitor apressado que este livro, felizmente, não envereda nem pela adesão acrítica à China nem por condenações apriorísticas, em função de uma ou outra concepção de revolução, ou até mesmo de suposições idealizadas sobre os processos de expansão do capitalismo. O que nossos autores e autoras realizam é a análise dos processos históricos da China observáveis nas suas relações internas e na competição internacional.

Quero me deter aqui no contexto mais geral que mostra a urgência e a necessidade de estudos rigorosos sobre a China, como este que temos em mãos. Estamos diante de um período em que se anunciam terríveis tensões, derivadas de uma massa de contradições para as quais as respostas e os prognósticos parecem frágeis e incertos. As seguidas provocações dos EUA à China tendem a crescer em escala depois que a Rússia invadiu a Ucrânia, que é o palco da guerra, mas onde se defrontam a Rússia e a Otan, esta de maneira encoberta. Após dois anos de terrível pandemia, as massas populares dos países dominados pelos Estados Unidos estão exaustas e novamente ameaçadas de serem obrigadas a enfrentar condições ainda mais drásticas de existência. Seguramente, também isso ocorre na Rússia. Os contrastes sociais se aprofundaram brutalmente, com um enorme aumento da concentração de riqueza ao lado da disseminação de precarizações laborais e de reduções de direitos sociais nos países ditos ocidentais.

Limito-me a apresentar aqui algumas das questões que vêm sendo debatidas entre os mais variados setores da sociedade, das direitas às esquerdas, em ambientes universitários ou em *think tanks* luxuosamente financiados por grandes empresários, ou ainda disseminados em redes sociais, com as mais diversas opiniões e palpites. Este livro contribui para retirar a maioria

dessas questões de um senso comum desprovido de coerência e recolocá-las de maneira consistente. É essa consistência reside no fato de o livro tratar das relações sociais chinesas como resultantes de impactante processo revolucionário, que transformou estruturas econômicas profundas da vida daquele país, mas que sofreu várias inflexões no seu percurso histórico.

Listo abaixo, de maneira bastante sumária, dada a escassez de espaço para desenvolvê-los, dois grandes temas atuais – o papel do Estado e do nacionalismo. Ambos expressam um certo apagamento do *processo* revolucionário e seus desdobramentos, recorrente em muitos que idealizam o desenvolvimento da China e pretendem “copiá-la”.

Mais ou menos Estado? Muitos se debruçam sobre a China como quem procura um modelo pronto de sucesso econômico capitalista e apressadamente concluem que o sucesso chinês deriva da presença maior do Estado. Assim, calculam doses de mais ou menos Estado, de maior ou menor intimidade entre poder político e poder econômico, de maior ou menor capacidade de contenção política, de direção intelectual e de alguma outra receita de crescimento econômico endossado pelo Estado. Desconsideram, por um lado, a formidável presença do Estado em países capitalistas apresentados como “neoliberais” e supostamente dirigidos unicamente pelo “mercado”, mas nos quais a conexão militar-industrial-tecnológica capitaneada pelos Estados (em especial os Estados Unidos) recebeu crescentes aportes públicos. Isso sem falar das gigantescas dívidas públicas realizadas para salvar parcelas significativas de burguesias de seguidas crises que elas próprias provocaram. Crises e dívidas que, de fato, pesaram (e continuam a pesar) brutalmente sobre as massas trabalhadoras, alvo de sucessivos ataques contra suas condições salariais, contratuais, contra direitos sociais.

Muitos dos que pretendem copiar a China esquecem que houve ali uma Revolução Chinesa, de imenso impacto sobre toda a estrutura social, que retirou da frente da cena classes dominantes que haviam sido profundamente corrompidas pela colonização e pela subalternização. Revoluções comunistas resultaram de guerras, mas não envolveram extermínios (como fez o nazifascismo). O que fizeram foi eliminar a capacidade dirigente de classes dominantes, estribadas na propriedade e na sujeição a potências estrangeiras, e que reduziram o Estado a mero coadjuvante de sua própria atuação. Após percalços importantes, a economia chinesa é hoje capitalista, liderada por um Partido Comunista. Esta situação complexa envolve exigências analíticas enormes e não se dilui apenas em opções comezinhas de “mais ou menos” Estado. Se o mercado se expandiu na China, isso ocorreu em condições completamente diversas e são essas condições – *de formação das classes capitalistas e proletárias e sua articulação com o Estado* – que precisam ser explicadas, figurando como eixos articuladores deste livro.

O nacionalismo seria a saída? Ainda no âmbito de soluções mágicas, alguns imaginam que o nacionalismo chinês, remontando a uma tradição milenar – geograficamente representada na muralha da China – poderia ser reativado alhures por meio de intensas campanhas nas redes sociais que pretendem mimetizá-lo, eliminando o assim chamado “globalismo”, exacerbando o poderio militar imperialista estadunidense e recuperando tradições medievais da cristandade. Esquecem que essa ocidentalidade se construiu sobre a devastação de povos inteiros, desde os povos ancestrais americanos até gigantescas levas de africanos escravizados, passando por atrocidades coloniais e bélicas contra populações de todos os quadrantes do globo. Longe de terem sido incorporados

de maneira igualitária nessa *soi disant* “tradição/civilização”, nossos povos americanos, africanos e asiáticos exibem ainda hoje as cicatrizes de genocídios e de subalternizações a que continuam a ser submetidos.

Outros endossam o nacionalismo de maneira pragmática, a serem exibidos através de símbolos, mas contidos pelos limites do bolso e da valorização de seus capitais. Defendem uma mescla quase hipócrita de nacionalismo fictício e de sujeição ao capital, qualquer que seja sua procedência.

Finalmente, para outros, o nacionalismo não nasceria pelo alto, como os anteriormente mencionados, mas a partir de baixo, emergindo exatamente da consciência coletiva popular dos fracassos econômicos e das mazelas sociais resultantes do colonialismo e do imperialismo, conduzindo a um levante voltado para retomar processos de desenvolvimento de novo porte e configuração. Se nos dois primeiros casos há uma execração prévia da Revolução Chinesa e um apelo a um nacionalismo fictício, no terceiro caso a questão nacional ganha contornos sociais mais precisos. Entretanto, em alguns casos, olvida-se que a construção nacional chinesa não foi apenas uma luta contra os invasores colonizadores, mas também contra a totalidade da corrompida burguesia chinesa de então. E, mais ainda, que as reviravoltas derivadas do processo revolucionário levaram à reconstituição de uma nova geração burguesa, cuja configuração e papel político precisamos decifrar. Deixam de lado também a estreita interconexão dos processos produtivos e das cadeias de valor que nutrem os lucros tanto do Ocidente quanto do Oriente, que estiveram na base dessa expansão “desenvolvimentista” chinesa.

Os elementos sobre os quais se constrói a China contemporânea repousam num processo revolucionário que abalou os

fundamentos da China milenar e desatou uma multitudinária mobilização dos trabalhadores, especialmente dos camponeses. Esse processo carregava também intensas lutas nacionais contra as corrosivas sujeições colonizadoras, mas precisou passar pelo enfrentamento das classes dominantes, que requeentavam as velhas formas de sujeição das grandes massas. A Revolução abriu a possibilidade da construção de algo além de unificação política (ou militar) e da soberania (ou independência), pois seus desdobramentos envolveram reorganizar uma sociedade de extrema diversidade, que repousa sobre um extenso campesinato, mas também de etnias, línguas e dialetos diversos. As transformações da China contemporânea – e suas contradições, que não são pequenas e estão à escala das dimensões continentais, do peso demográfico e do avanço das forças produtivas chinesas – se tornam opacas se deixamos de lado esse processo revolucionário fundamental. Os desdobramentos dessa Revolução, seus percalços e modificações são, portanto, tão essenciais quanto as tradições históricas chinesas. Mais uma vez, este livro mostra que não se deve partir de grandiloquentes palavras (como desenvolvimento, nacionalismo, Estado), ainda que eventualmente justas, mas realizar uma crítica da economia política mediante as relações sociais concretas.

Isso nos leva ao último tema geral que pretendo evocar, um dos mais candentes: a tensão entre Estados Unidos e China remete à reconfiguração de uma nova Guerra Fria? Neste caso, ao contrário dos temas anteriores, não há uma secundarização da Revolução Chinesa, mas sua exasperação causada por certos grupos dominantes nos Estados Unidos e aliados. Novamente, este livro traz elementos fundamentais encravados na própria dinâmica produtiva, na concentração da propriedade do capital (seja em mãos privadas, seja nas dos Estados) e nas caracterís-

ticas de altíssima socialização das novíssimas tecnologias. A questão é crucial, e recomendo a leitura até o final do livro, que aporta elementos importantes. Embora a tendência seja a de tentar reproduzir modos de contenção e de tensão econômica já conhecidos, como a Guerra Fria, as condições reais são muito diversas. As indicações deste livro mostram o altíssimo grau de interconexão real e de intensificação de conflitos que tais condições podem gerar.

INTRODUÇÃO

ESTHER MAJEROWICZ E EDEMILSON PARANÁ

O interesse pela China, pelo seu desenvolvimento econômico recente e pela sua inserção internacional tem crescido significativamente no Brasil. Diversas são as razões que contribuem para que a atenção do público brasileiro se volte cada vez mais em direção ao gigante asiático.

A China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil e uma das maiores fontes de investimento direto em nosso país. A forte presença chinesa encontra manifestação, no mais, na experiência cotidiana da população. Basta pensarmos nos produtos chineses que inundam as prateleiras dos mercados brasileiros ou nas marcas das empresas de tecnologia da China que se tornaram conhecidas no Brasil.

No período mais recente, essa presença adquiriu contornos dramáticos, já que, entre outros acontecimentos, o brasileiro foi informado de que a inflação que atingia o preço da carne se devia à China e, durante a pandemia, descobriu que, para fabricar vacinas, o país encontrava-se completamente à mercê de seu maior parceiro comercial para a aquisição de insumos farmacêuticos ativos.

Emerge, nesse quadro, por um lado, um forte movimento anti-China, liderado pelos Estados Unidos, que encontra no governo Bolsonaro um de seus melhores discípulos, enquanto cresce na esquerda a percepção de que a China constituiria uma alternativa, seja como um modelo a ser seguido, seja como promotora de uma ordem internacional benéfica.

Em um Brasil transformado em pária internacional e em pleno processo de regressão estrutural – no qual a desindustrialização se aprofunda, a miséria retorna, o desemprego é crônico e a precarização do trabalho normaliza-se –, é compreensível e necessário que a esquerda se volte à experiência chinesa, cuja trajetória de desenvolvimento econômico e ascensão internacional nas últimas décadas foram de um sucesso inegável. Esse olhar em direção à China não se esgota em derivar eventuais aprendizados de sua trajetória de desenvolvimento, mas também é uma condição inescapável para a compreensão da economia mundial e da ordem internacional contemporâneas nas quais o Brasil se insere e se move, que têm na China um de seus centros cíclicos principais e um de seus principais atores constitutivos.

Todavia, as sucessivas derrotas impostas à classe trabalhadora e a situação desesperadora na qual se encontra o país, aliadas ao sucesso econômico e à maior projeção internacional do país, vêm provocando uma predisposição ao deslumbre em parte da *intelligentsia* brasileira. Tal entusiasmo, cabe notar, não é monopólio desse setor, já que se verifica também, por exemplo, entre as fileiras do agronegócio brasileiro e de grandes empresas mineradoras. Nesse quadro, arroubos retóricos interrogatórios ou, em maior medida, celebratórios encontram terreno fértil e têm ecoado mais e mais nos debates sobre a China; em alguns casos, substituindo a análise da realidade

concreta, o rigor teórico e o pensamento crítico, que devem balizar uma reflexão franca e soberana, que considere as peculiaridades – histórico-culturais, socioeconômicas e políticas – de cada país.

É neste terreno complexo que o presente livro se insere. Um esforço coletivo de apreensão crítica da China no capitalismo contemporâneo que enseja, por um lado, indagar-nos a respeito do desenvolvimento chinês em si e, por outro, daquilo que representa tal desenvolvimento para a economia global. A obra traz uma gama de autores que se dedicam à economia política, seja mobilizando abordagens marxianas ou teorias heterodoxas do desenvolvimento, inclusive com a contribuição de um economista político chinês, algo incomum na literatura em língua portuguesa sobre o assunto.

Os autores, Carlos Aguiar de Medeiros (UFRJ), Esther Majerowicz (UFRN), Edemilson Paraná (UFC), Hao Qi (Renmin University of China), Isabela Nogueira (UFRJ) e Valéria Lopes Ribeiro (UFABC), realizam esse expediente em três momentos, refletindo os três eixos analíticos que, intrinsecamente relacionados, estruturam o livro em diferentes partes.

A parte I é dedicada às caracterizações sobre o desenvolvimento econômico chinês. Nesta, Medeiros, Paraná e Ribeiro caracterizam a China contemporânea como uma economia capitalista liderada por um Estado desenvolvimentista, tendo no nacionalismo econômico sua pedra angular, a partir de perspectivas distintas.

Debatendo com múltiplas correntes a respeito da natureza do sistema econômico chinês, tal como o “socialismo de mercado”, o “socialismo com características chinesas” e o “capitalismo de Estado”, Medeiros denomina a experiência chinesa de “desenvolvimentismo com características chinesas”.

O autor discute as complexas, mas necessárias, combinações entre relações mercantis e não mercantis tanto na gênese quanto na reprodução do capitalismo, mostrando que o Estado sempre esteve presente no capitalismo e destacando que o desenvolvimento capitalista ensaja que instituições não capitalistas cumpram seu papel, de forma que, na realidade concreta, toda economia capitalista se apresenta como uma economia híbrida.

Se toda economia capitalista realmente existente é uma economia híbrida, determinar se ela é “socialista de mercado”, “capitalista de Estado” ou capitalista *tout court* seria então uma questão de determinar se mais da metade dessa economia é de propriedade privada ou estatal? A análise rigorosa de Medeiros ajuda-nos a tratar e transcender essa problemática à medida que se move no âmbito da Economia Política.

Assim, articulando Economia Política e experiências comparadas de desenvolvimento, Medeiros sustenta que, nos últimos 40 anos, o “desenvolvimentismo com características chinesas” combinou com criatividade as principais dimensões que no pós-guerra impulsionaram o processo de industrialização nas principais economias, especialmente as do Leste Asiático, em que o Estado nacional, por meio do planejamento e mecanismos de controle, governou os mercados liderando o crescimento econômico e o processo de mudança estrutural. A principal característica que singulariza a experiência chinesa é a estrutura do seu poder político formada pelo partido-Estado, que conta com grande autonomia política e forte penetração no poder econômico. Esta estrutura de poder colaborou para que a China perseverasse em sua estratégia nacional de desenvolvimento liderada pelo Estado num período em que a maioria das economias nacionais aderiram ao neoliberalismo

global, abrindo mão desta coordenação em prol de um regime de acumulação liderado por corporações privadas.

Caracterizar o desenvolvimento chinês no capitalismo contemporâneo requer também empreender uma apreciação de sua articulação com a economia capitalista global. Paraná e Ribeiro sustentam que a ascensão econômica da China foi funcional à transformação do capitalismo nas últimas quatro décadas, tendo cumprido um papel necessário no contexto de transnacionalização, reestruturação produtiva e financeirização do capital. Haveria, para os autores, uma “simbiose” entre o milagre econômico chinês e a globalização liderada pelos Estados Unidos, ao menos até a crise de 2008.

Neste quadro de condições relativamente favoráveis de reorganização da economia mundial, a ação desenvolvimentista chinesa foi competente em mobilizar estrategicamente essas condições em favor de um acelerado desenvolvimento econômico do país – dinamizando institucionalmente, no mais, suas potencialidades, recursos e características internas. Foi essa combinação que guiou o resultado excepcional de tal ação desenvolvimentista sem paralelo na história do capitalismo. Tendo em vista que, “na dura dialética da história, sucesso passado não representa garantia de êxito futuro”, Paraná e Ribeiro se perguntam em que medida o Estado desenvolvimentista chinês seguirá sendo capaz de manter esse delicado balanço em prol de seu desenvolvimento; considerando os paradoxos do desenvolvimento chinês recente e os novos limites e desafios colocados a sua ação desenvolvimentista.

Uma vez delineadas as caracterizações do processo de desenvolvimento econômico chinês, o eixo da análise volta-se, na parte II, para a formação das classes sociais na China pós-reformas. Por múltiplas razões – inclusive como expressão

intelectual das sucessivas derrotas da classe trabalhadora no período neoliberal e no Brasil recente em particular –, os estudos no campo da Economia Política, em especial aplicados à China, vêm progressiva e crescentemente renunciando às categorias e análises de classes em benefício de discussões que *se limitam* a analisar os binômios Estado e mercado, pobreza e consumo.

É nesse sentido que esta obra inova e contribui ao destrinchar os processos pelos quais se formaram e se reproduzem as classes sociais fundamentais do capitalismo chinês, isto é, seu proletariado e sua burguesia. Mais do que isso, se quisermos obter pistas quanto aos possíveis caminhos históricos que se abrirão para a China, faz-se mister olhar cuidadosamente para os processos de formação, transformação e conflitos de classes no país. Tão mais se consideramos que a história da China é marcada por levantes camponeses que colocaram fim a ciclos dinásticos no período imperial, além da própria Revolução Popular de 1949.

Qual o papel do partido-Estado na formação do proletariado e da burguesia? Como esse processo de formação de classes altera e é alterado pela natureza do sistema econômico? Ao se engajar nessas transformações, como o partido-Estado é ele próprio transformado? Quais são os conflitos de classes que emergem, os conflitos das classes com a burocracia e como esses conflitos se manifestam dentro e fora do partido-Estado? Essas são as questões-chave que orientam as pesquisas de Majerowicz, Nogueira e Hao.

Majerowicz discute o processo de dissolução do campesinato promovido pelo partido-Estado enquanto base do processo de proletarianização na China pós-reformas. A autora traça um panorama das diferentes estratégias empreendidas pelo Partido

Comunista Chinês (PCCh) para lograr a “descampesinação”, um processo que tem início com uma reforma agrária radicalmente igualitária no começo dos anos 1980, enquanto solução para a descoletivização, e culmina na adoção, promoção e exortação do modelo do agronegócio e da concentração de terra, no século XXI, inspirado no modelo estadunidense. Esse processo, por um lado, engendrou uma dinâmica de proletarianização que deu origem a um enorme e crescente exército industrial de reserva no país; por outro lado, criou ondas de conflitos sociais no campo e nas fábricas, que implicaram ganhos distributivos para camponeses e trabalhadores.

De baixos e por longo tempo estagnados, os salários chineses que sustentaram os baixos preços de suas exportações começaram a subir sustentadamente a partir de meados dos anos 2000. Essa alteração de trajetória teve impactos significativos para a economia mundial, que tinha no “China price” um de seus preços-chave, revelando a centralidade da classe trabalhadora chinesa para a lucratividade do capitalismo global. Internacionalmente, inclusive na Academia Chinesa de Ciências Sociais, a principal explicação que se consolidou seria a de que, grosso modo, antes existiriam muitos e agora estariam faltando trabalhadores na China. Majerowicz recoloca, aqui, o papel dos elementos políticos e estruturais na determinação salarial no país – tal como em qualquer outro lugar –, como a clivagem urbano-rural, a evolução da luta de classes e das políticas estatais, o tamanho e a composição do exército industrial de reserva. A autora, portanto, propõe uma interpretação dos mecanismos de determinação salarial na China contemporânea.

Nogueira e Hao analisam a formação da burguesia chinesa em sua relação com o partido-Estado. Em contraste com parte

da literatura acadêmica que considera o Estado desenvolvimentista como supraclassista, capaz de instrumentalizar os capitalistas a seu bel prazer para finalidades autonomamente determinadas, os autores sustentam que a relação entre o partido-Estado e a nova classe capitalista é produto de um movimento bidirecional de forças de cima para baixo e de baixo para cima. Se, por um lado, o Estado foi fundamental para a formação e a transformação da classe capitalista chinesa, por outro lado, ele próprio foi transformado ao longo deste processo.

Para os autores, os padrões de relacionamento entre Estado e classe capitalista chinesa alteraram-se ao longo do tempo, sendo perpassados pelos conflitos capital-trabalho, pelas mudanças no padrão de acumulação na economia do país e pelos determinantes externos. Nogueira e Hao consideram, portanto, o Estado como uma relação social com dinâmica histórica, que se expressa em diferentes arranjos, composições e tensões com uma burguesia doméstica que se diferencia em distintas frações à medida que se desenvolve na China pós-reformas. A partir da identificação de três frações da classe capitalista chinesa – a “*low-road*”, a inovativa, e a financeira –, os autores propõem que o relacionamento entre burguesia doméstica e o Estado chinês teria transitado daquilo que denominaram de “grande compromisso” para o período atual definido por uma “aliança tensa”, contexto no qual Nogueira e Hao inserem, dentre outros desdobramentos, a campanha anticorrupção de Xi Jinping e a disputa tecnológica, militar e comercial com os EUA.

Portanto, gestada e governada pelo partido-Estado, a acumulação capitalista na China revelou-se um sucesso tão retumbante que não apenas deu fôlego renovado à valorização

de capital em escala mundial por meio das cadeias globais de valor manufactureiras, como também deu substância para o surgimento de grandes capitais domésticos. Desde particularmente os anos 2010, as esferas de valorização dos capitais domésticos, tanto privados quanto estatais, vêm transbordando o âmbito nacional. Este último movimento naturalmente tende a provocar atritos com os Estados Unidos, à medida que ambos disputam esferas de valorização de capital. Mais do que isso, essa disputa de esferas não reflete apenas um movimento de expansão em dimensão quantitativa, mas também qualitativa, conforme o desenvolvimento econômico chinês tem sido capaz de sustentar impressionantes resultados em termos do desenvolvimento tecnológico e da incorporação do progresso técnico em seu tecido produtivo. É essa a problemática que Ribeiro e Majerowicz tratam na parte III deste livro, dedicada à expansão global chinesa e à disputa tecnológica.

Ao abordar a expansão chinesa recente considerando o Estado, o capital e a acumulação em escala global, Ribeiro põe em evidência uma problemática que tende a se tornar cada vez mais relevante para a periferia do capitalismo global. A expansão global chinesa de fato corresponde àquela representada pelo discurso oficial do PCCh – no qual a projeção externa das ações deste “socialismo com características chinesas” constituiria uma oportunidade concedida aos demais países para acentuarem seu desenvolvimento com manutenção de soberania, enquanto a China busca “resolver os problemas da humanidade”?

Examinando como efetivamente tem-se desdobrado a expansão chinesa, Ribeiro busca compreender como a projeção externa do país é afetada tanto pela relação entre Estado e capital quanto pelas características do estágio atual da acumu-

lação de capital na China. Assim, a projeção externa chinesa é concebida à luz não apenas de seus interesses estratégicos, mas também dos interesses da classe capitalista, interesses esses constituídos em relação dialética. Após empreender uma análise sobre as características específicas de seu ciclo de crescimento econômico recente, a autora investiga dois vetores da expansão externa chinesa atual: os investimentos chineses no exterior e a estratégia Belt and Road. No que diz respeito aos investimentos, Ribeiro busca escrutinar como estes refletem o atual estágio de acumulação de capital do país e em que medida decorrem do capital privado, ao passo em que procura analisar na estratégia Belt and Road a presença de interesses privados, ainda que em menor escala, para além dos estatais.

Majerowicz aborda a corrente disputa tecnológica entre China e Estados Unidos nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Estaria em curso uma nova Guerra Fria – como diversos autores propõem e como a retórica dos EUA vem avançando – que levará o mundo a uma “divisão digital”, isto é, à formação de dois sistemas de TIC compartimentalizados, liderados por cada uma dessas grandes potências?

Ainda que Majerowicz considere que a disputa sino-estadunidense ocorra nos marcos do capitalismo – o que seria mais do que suficiente para diferenciá-la significativamente da Guerra Fria –, tendo como referencial a perspectiva da classe trabalhadora, a autora investiga as hipóteses casadas da nova Guerra Fria e da “divisão digital” a partir das próprias dinâmicas produtivas e tecnológicas das TIC. Majerowicz considera as TIC enquanto um sistema tecnológico incorporado em um sistema de maquinaria global composto por três tecnologias-chave, nomeadamente: os semicondutores; a infraestrutura de telecomunicações móveis (especialmente o 5G); e a “in-

teligência artificial”. A partir de tal perspectiva integrada de análise, a autora escrutina e enquadra as condições estruturais de possibilidade da disputa sino-estadunidense nesse campo, bem como alguns de seus possíveis desdobramentos.

Tudo somado, a coletânea oferece, para além de uma análise detida de suas transformações econômicas domésticas, uma avaliação cuidadosa da ascensão e do papel atual da China na economia mundial – investigação sem a qual, dada sua importância capital, uma correta compreensão sobre o capitalismo contemporâneo não pode se efetivar. Esta é uma razão adicional pela qual o tema deve convidar à reflexão, além de pesquisadores e especialistas no assunto, todos aqueles atentos aos novos rumos dos assuntos internacionais, da sociedade, da política e da economia mundial. Trata-se de uma obra inspirada pelo espírito científico e pelo necessário distanciamento em relação às euforias denunciada ou celebratória em torno das quais o debate passou, em alguns ambientes, a ser polarizado, em prejuízo das análises voltadas à complexidade. É o que pede, nesse particular, o momento político e a situação dramática do Brasil: capacidade de análise da realidade complexa da dinâmica chinesa, rigor teórico e pensamento crítico.

O livro coroa, ainda, uma linha de pesquisa pioneira em Economia Política do desenvolvimento chinês capitaneada pelo professor Carlos Aguiar de Medeiros, cuja contribuição direta e indireta é essencial para este volume. Para citar apenas uma dentre muitas razões, além do capítulo de abertura deste livro, de autoria do professor, em todos os demais textos desta coletânea pelo menos uma das autoras foi formalmente orientada, em algum momento de sua trajetória pregressa de pesquisa nesse campo, por Medeiros – a quem homenageamos por sua larga e sólida contribuição para a Economia Política.

INTRODUÇÃO

Que o convite à leitura e ao debate com esses e outros exemplares dessa linha de pesquisa possibilite o alargamento de horizontes e novos engajamentos crítico-reflexivos em torno de um tema tão basilar para melhor compreendermos e transformarmos o mundo em que vivemos.

Natal (RN); Fortaleza (CE), fevereiro de 2022.